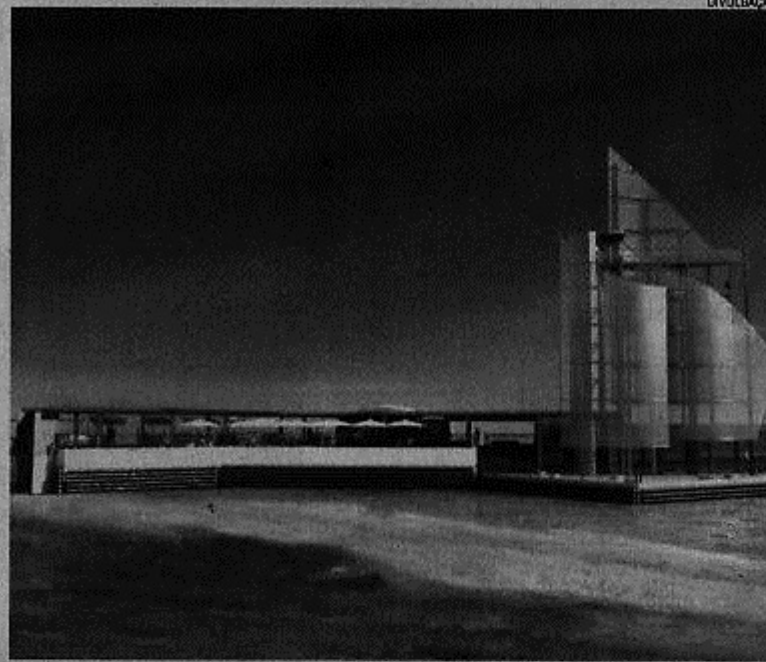




RICARDO LEÃO - ARQUIVO DA

Atualmente, a área do antigo Clube Alagoinha está abandonada, com a estrutura sendo ocupada por vândalos



DIVULGAÇÃO

Marco Referencial Turístico deve funcionar como um complexo de lazer na orla marítima da capital

OBRA. Marco Referencial Turístico terá 36 metros e será erguido no local do antigo Alagoinha

Projeto de monumento na orla divide opiniões e cria polêmica

Durante encontro na Ufal, engenheiros e arquitetos veem iniciativa com desconfiança e apontam 'falhas' que podem barrar licença para construção

CARLA SERQUEIRA
REPÓRTER

O projeto do Marco Referencial Turístico de Maceió, na área do antigo Alagoinha, tem gerado polêmicas nas redes sociais e fora delas. No último dia 23 de julho, o Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam) aprovou a licença prévia para a construção do monumento que, entre outros atrativos, terá espaço para exposições, cursos profissionalizantes e um elevador panorâmico. Ontem, na Universidade Federal de Alagoas (Ufal), estudantes, professores e arquitetos discutiram o projeto. O encontro foi convocado por técnicos do governo do Estado, que não apareceram.

Representante da Ufal no Cepam, o professor de Engenharia Ambiental, Márcio Barbosa, explicou que os arquitetos Ovídio Pascual e Marco Vieira solicitaram um debate com a comunidade acadêmica, após as discussões que ocorreram na reunião do Cepam que decidiu pelo licenciamento prévio. A secretária estadual do Turismo, Danielle Novis, também era esperada, mas não compareceu. "No Cepam, o debate foi grande, por isso eles pediram espaço na Ufal para apresentar melhor o projeto. Mas meia hora antes do encontro começar, recebi uma ligação dizendo que eles não poderiam vir". Para não perder a viagem, quem foi até a Ufal debateu o projeto

mesmo assim.

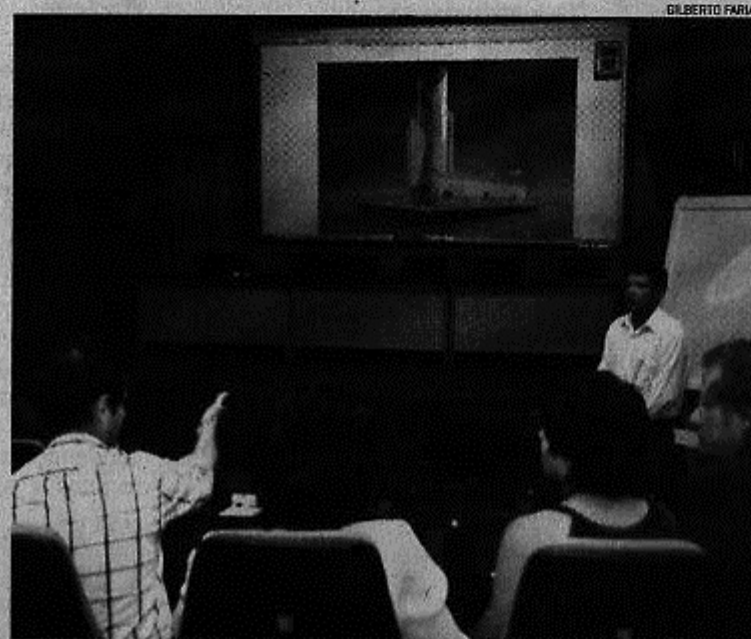
Márcio Barbosa iniciou a discussão explicando como foi dada a licença prévia, que não exige grande detalhamento técnico do projeto. Ele contou que havia um pleito para que fosse aprovada logo a licença de instalação, que permitiria o início da obra. "Havia o entendimento de que, como já havia construção na área, não precisava licença prévia. Mas o Cepam não concordou e decidiu conceder só a licença prévia, elaborando uma série de condicionantes para serem atendidas antes da emissão da licença de instalação". De acordo com o profes-

co, terá cerca de 36 metros, o equivalente a um prédio de 12 andares. "O projeto não especificava a altura, com base nos dados da planta do projeto, chegamos a este cálculo". Arquiteta da Secretaria Municipal de Planejamento, Adriana Cavalcanti, questionou se havia autorização dos órgãos competentes para erguer um monumento além da escala padrão da orla. "Toda construção na orla está submetida a um limite de altura estabelecido pelo cone do farol. Se este monumento for autorizado com mais de 36 metros, abrirá um precedente", afirmou ela, dizendo que caberá a prefeitura avaliar o projeto.

O professor Márcio explicou que tomou conhecimento, mas de maneira informal, não documentada no projeto do Marco Referencial, de que o governo do Estado teria entrado num acordo com a Marinha do Brasil para viabilizar a instalação do elevador panorâmico. O arquiteto Ricardo Leão acompanhou o debate inquieto. Habitado a participar de editais, questionou como foi feita a licitação para a elaboração do projeto. A pergunta ficou sem resposta. "Fica um pesar, uma sensação de impotência. O projeto já chegou pronto para ser aprovado, sem uma discussão ampla com a sociedade. Se tivesse havido uma seleção pública, o projeto poderia estar mais completo, o poder público teria outras alternativas para avaliar e escolher a melhor opção".

Um ancoradouro também estava previsto no projeto, mas o Cepam impôs que ele fosse abolido para preservação do ecossistema.

Entre os pontos questionados está a altura do elevador panorâmico. Segundo Márcio, o elevador, que ficará envolto a uma estrutura de aço inox imitando a vela de um bar-



DILBERTO FARIAS

Estudantes, arquitetos e engenheiros discutiram a maneira como o projeto vem sendo tocado

"Obra é faraônica e não foi discutida com a população"

Estudante de Arquitetura, Luísa Estandislau questionou sobre a possibilidade de o projeto em questão, apesar de já ter recebido a licença prévia, ser recusado pelo governo do Estado. O professor Márcio explicou que apenas uma mobilização da sociedade poderia fazer o poder público recuar.

"Esta é uma obra faraônica que tem como objetivo revelar aspectos da identidade cultural da cidade de Maceió, mas não foi discutida com a população", afirmou Luísa, recebendo o apoio dos demais participantes do debate. O grupo cobrou a realização de audiências públicas. "Não sei se hoje audiências públicas. O Cepam foi informado de que já aconteceram audiências para a elaboração do relatório de impacto de vizinhança", acrescentou Márcio Barbosa.

Estudante de Arquitetura, Luísa Estandislau questionou sobre a possibilidade de o projeto em questão, apesar de já ter recebido a licença prévia, ser recusado pelo governo do Estado. O professor Márcio explicou que apenas uma mobilização da sociedade poderia fazer o poder público recuar.

APELO ECOLÓGICO

Ele disse ainda que havia, no projeto, previsão de geração de energia eólica e solar via monumento, a ponto de vender o excesso para a Eletrobrás. "Mas não há no projeto nenhum cálculo que prove este potencial". O professor informa que há apenas uma menção da geração de energia no papel, mas não há nenhum indício da viabilidade técnica. Outro aspecto questionado é o aproveitamento de água para o tratamento dos resíduos.

"Este ponto também não está bem explicado. Há a ideia de aproveitar a água da chuva para usar nas descargas dos vasos sanitários, mas não explica como seria este abastecimento. As encanções, da água potável e da chu-

va teriam que ser independente. Isto também não está claro", acrescentou.

O professor Alexandre Toledo também colaborou com a discussão. Ele disse gostar do projeto, mas fez ressalvas sobre a falta de esclarecimentos acerca dos materiais que seriam usados. Ele questionou sobre a manutenção do local e solicitou o projeto da Secretaria Municipal de Planejamento que previa a construção de um oceanário na área. "Não conheço este projeto, seria importante que ele fosse apresentado e discutido como uma alternativa", disse. Antes de encerrar o encontro, o grupo discutiu a necessidade de outros debates serem realizados com a participação da sociedade civil organizada. Uma nova data ficou de ser anunciada em breve. **CS O**

* Arranha-céu 12 andares

é a altura equivalente da estrutura que deve ser erguida na orla da praia de Ponta Verde